

Economia solidária e educação popular nas escolas: considerações iniciais sobre a Incubadora de Inovação Social Mumbuca futuro no Município de Maricá, Rio de Janeiro

Solidarity economy and popular education in schools: first impressions of the Mumbuca Futuro Social Innovation Incubator in the municipality of Maricá, Rio de Janeiro

Carla da Silveira Brum¹, Luis Filipe Bantim de Assumpção², Marcela Gonçalves de Oliveira Pinto³, Rodrigo de Moura Santos⁴

Como citar esse artigo. BRUM, C. S. ASSUMPÇÃO, L. F. B. PINTO, M. G. O. SANTOS, R. M. Economia solidária e educação popular nas escolas: considerações iniciais sobre a Incubadora de Inovação Social Mumbuca futuro no Município de Maricá, Rio de Janeiro. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras, v. 16, n. 1, p. 187-194, jan./abr. 2025.



Resumo

Este artigo trata da experiência maricaense em promover a educação popular como mecanismo para o ensino da economia solidária. A escolha da temática se deu pelo objetivo político-social da pedagogia, mas também pela experiência profissional que viemos tendo junto à Incubadora de Inovação Social Mumbuca Futuro, primeiro como orientadora educacional e agora como coordenadora pedagógica. Nesse sentido, o tema nos permite dialogar com os apontamentos de Paulo Freire, por meio de conceitos como amorosidade e solidariedade, para pensarmos como uma educação libertadora, bem como uma educação popular, deve ser implementada. Sendo assim, mediante a revisão de literatura, tangenciamos a abordagem de autores como Quijano, Rosa, Bourdieu, Kilomba, Candau e Seffner, para verificar que a educação popular e a economia solidária promovem a descolonização das práticas sociais através da escola, visto que esta deve estar comprometida com o desenvolvimento do cidadão em sua integralidade.

Palavras-chave: Educação popular; economia solidária; educação libertadora; Maricá.

Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Abstract

This article treats Marica's experience in promoting popular education as a mechanism for teaching the solidarity economy. The choice of the theme was due to the political-social objective of pedagogy, but also due to the professional experience we have had with the Mumbuca Futuro Social Innovation Incubator, first as an educational advisor and now as a pedagogical coordinator. In this sense, the theme allows us to dialogue with Paulo Freire's notes, through concepts such as lovingness and solidarity, to think about how a liberating pedagogy, as well as a popular education, should be implemented. Therefore, when considering the approach of authors such as Quijano, Rosa, Bourdieu, Kilomba, Candau and Seffner, we see that popular education and the solidarity economy promote the decolonization of social practices through the school, as it must be committed to the development of the citizen as a whole.

Keywords: Popular education; solidarity economy; liberating pedagogy; Maricá

Afiliação dos autores:

¹Graduanda em Gestão Pública, especialista em Educação Transformadora pela PUC-RS, orientadora educacional na Incubadora de Inovação Social Mumbuca Futuro (Secretaria Municipal de Educação, Maricá, RJ).

²Doutor em História Comparada com estágio de pós-doutorado em Letras Clássicas, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenador local do doutorado em História da Univassouras, em parceria com a Unisinos-RS. Líder do Grupo de Pesquisa Integrada em História, Patrimônio Cultural e Educação. Vice coordenador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas. Professor Adjunto II no curso de Pedagogia da Univassouras, campus Maricá. Professor de História no Ensino Fundamental pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Atualmente realiza o estágio de pós-doutorado em Ensino de História, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

³Mestranda no Instituto de Biologia no campo de pesquisa em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Integrada em História, Patrimônio Cultural e Educação. Orientadora Pedagógica. Professora de Educação Especial nível superior no município de Araruama. Professora do curso de Pedagogia da Univassouras, campus Saquarema.

⁴É o atual Secretário de Educação do município de Maricá. Graduado em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2008), graduação em Letras – Língua Portuguesa pelo Centro Universitário Plínio Leite (2013), graduação em Pedagogia pela Universidade Católica de Brasília (2020), graduando em Direito pela UNESA. Detém mestrado em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2020). Atualmente é estatutário da Prefeitura Municipal de Maricá, professor Supervisor Escolar pela Prefeitura de Maricá, professor assistente II da Universidade de Vassouras; professor da Secretaria de Estado de Educação, estatutário do Centro Educacional de Maricá Joana Benedita Rangel; bolsista do Centro Universitário Plínio Leite e contratado da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Integral, atuando principalmente nos seguintes temas: educação integral, financiamento, políticas públicas e alfabetização.



Introdução

Quando pensamos a educação e o seu caráter formador, raramente nos damos conta da profundidade, da importância e do cuidado que ela requer. Afinal, estamos lidando com pessoas que, ao final desse processo, deverão ter condições de exercer a sua cidadania plena. Entretanto, o que temos vivenciado no Brasil, ao longo das últimas quatro décadas, é a tentativa de se recuperar das perdas ocasionadas pela educação tecnicista e bancária cujos efeitos ainda são sentidos nos dias de hoje.

Como a educação deve contribuir para a formação do sujeito em sua integralidade, atuando em prol dos interesses do Estado, mas em parceria com a família, não seria adequado falarmos de um único modelo educacional. Nesse caso, tomando a especificidade do município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, trataremos dos esforços da Incubadora de Inovação Social Mumbuca Futuro¹ em promover uma educação em tempo integral, a partir de parcerias com escolas municipais de Ensino Fundamental e em escolas estaduais maricaenses, atingindo estudantes do Ensino Médio, a fim de pensar uma nova lógica de geração de emprego e renda com base nos princípios da economia solidária.

Diante desse cenário e pensando a necessidade de atuarmos junto às famílias de Maricá para que as/os jovens se tornem conscientes de suas respectivas responsabilidades político-sociais, a Incubadora de Inovação Social Mumbuca Futuro está comprometida em desenvolver a economia solidária, por meio de uma educação popular. Para tanto, seguiremos o referencial teórico-conceitual de Paulo Freire, na *Pedagogia da Autonomia*, a partir das percepções de *amorosidade* e *solidariedade*, para buscarmos mecanismos eficientes que levem ao desenvolvimento da educação popular, com vistas à economia solidária, tendo como vetor o programa realizado pela Incubadora de inovação pedagógica.

Se considerarmos que a pedagogia, enquanto ciência e área do conhecimento, deve estar empenhada em discutir práticas de ensino-aprendizagem, mas também métodos e ideias que fomentem uma educação crítica capaz de munir os sujeitos com mecanismos – intelectuais e escolares – para a vida, a escolha desse tema está diretamente alinhada aos objetivos fundamentais do curso.

Pensando a educação popular

Feitos os devidos esclarecimentos, podemos tratar de maneira mais eficiente a educação popular. Conjeturando com Cavalari Neto, Oliveira e Gonçalves (2021) não existe um único modelo educacional, visto que a educação se realiza por meio de práticas, concepções e percepções distintas, em função do tempo, do espaço e da cultura. No entanto, como estamos pensando a prática educacional e a formação para uma cidadania efetiva, recordamos que a educação tem estado a serviço de uma globalização neoliberal. Ao pensarmos a presença da globalização nas práticas educacionais contemporâneas esta pretende tornar os sujeitos uniformes e padronizados, submetidos a uma percepção de mundo único, hegemônica e invariável que prepara os jovens – dos segmentos sociais menos favorecidos – para atuarem como trabalhadores alienados e dispostos a seguirem as demandas do poder das elites (Candau, 2013). O que verificamos, na maioria dos casos, é que existe uma tendência política, social e ideológica empenhada com a padronização de nossos jovens, em todas as acepções do termo.

Seguindo por essa via, notamos que a premissa neoliberal reitera a necessidade de uma retórica, somada à prática, do silenciamento dos grupos menos favorecidos. Ou seja, quando tomamos materiais didáticos, por exemplo, que estejam alinhados à premissa dos interesses hegemônicos, na sua maioria empresariais e de elite, temos a subalternização de pessoas pobres, de mulheres, da população afro-brasileira, indígena e transgênero, as quais são tratadas como a eterna alteridade social (Seffner, 2022, p. 237). Tais apontamentos convergem com Aníbal Quijano (2007, p. 93-94) e o conceito de colonialidade

1. A Incubadora faz parte do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM) e passou a atuar nas escolas em 2018. A Incubadora integra o Instituto de Ciência, tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM), atuando como um projeto piloto da Prefeitura Municipal de Maricá, entre os anos de 2018 e 2019. No entanto, a sua criação formal se deu pelo Termo de Colaboração 005/2022, firmado pelo ICTIM com o Instituto Singular Ideias Inovadoras, sendo publicada no Jornal Oficial de Maricá (JOM) de nº 1296, no dia 8 de abril de 2022. Disponível em: https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2024/09/JOM_1296_08-04-2022.pdf
Acessado em: 23 de abril de 2025.

do poder, cujos pressupostos reforçam os traços e as condutas do colonialismo e permeiam a estrutura de nossa sociedade contemporânea. Quijano explicita que a colonialidade do poder está articulada à estrutura global, qualificando as pessoas através dos seguintes indicadores: trabalho, gênero e raça. Nesse sentido, certos trabalhos são pensados e direcionados a grupos étnicos específicos e variam, tanto nas demandas quanto nos salários, conforme o gênero do empregado. Tal perspectiva serve para consolidar a preponderância de uma sociedade hétero-patriarcal, branca, cristã e de elite, onde os elementos sociais que não se enquadram nessa designação são devidamente silenciados. Contudo, esse processo de subalternização e de apagamento histórico se dá de maneira sutil, por meio da colonialidade do poder, que recorre a formas não-radicais para promover a violência inerente ao colonialismo (Assumpção et al., 2023, p. 95-96).

Portanto, a padronização dos nossos estudantes integra um projeto político-cultural que almeja fornecer uma única percepção possível da existência, distanciando os sujeitos de uma capacidade ampla de interpretação da realidade social e favorecendo a sua alienação (Assumpção et al., 2024, p. 304-308). Grada Kilomba (2021, p. 33-34) manifesta que esta prática político-social – que aqui alinharmos à educação escolar – perpetua um modelo unilateral de identidade que exporta e introjeta ideias e visões de mundo, tipicamente colonialistas, como corretas e perenes em pessoas que sofreram com os efeitos do colonialismo e da colonialidade do poder. Com isso, muitas pessoas – na sua totalidade, não brancas – são bestializadas e acabam aceitando essa condição como inevitável e natural em suas existências, evidenciando que a educação escolar, que deveria contribuir para a sua cidadania, é justamente aquela que os objetifica. Logo, que tipo de educação nós queremos para o futuro de nossa sociedade? Ou melhor, que tipo de formação pretendemos que a próxima geração receba, de modo que o nosso país se torne mais democrático?

Os apontamentos e as denúncias que expomos acima não são recentes, porém nos preocupa verificar que embora tenham sido realizados há décadas atrás por intelectuais diversos, como Paulo Freire, Aníbal Quijano e Pierre Bourdieu, essa realidade parece não ter se modificado. Em um texto originalmente publicado em 1966, Pierre Bourdieu (2023, p.65) declara que a escola e a universidade estabelecem critérios de seleção e acesso tipicamente aristocráticos, em função de um privilégio cultural que os segmentos mais abastados recebem e que lhes qualificam para continuarem recebendo benefícios na sociedade, mesmo com o passar dos anos.

Como demarca Allan da Rosa (2020, p. 104-105) é evidente que o sistema educacional oficial não está preocupado com a situação de vulnerabilidade da população não branca que, no Brasil, constitui a maioria do nosso povo. Logo, ainda é comum que as escolas públicas – direcionadas à população mais pobre – continuem confinando os corpos e as mentes dos sujeitos, os quais são submetidos à exclusividade do conhecimento dos professores. Essa falta de identificação dos alunos com a escola e o seu sistema de ensino pode ser tratada como uma estratégia colonialista para que a população menos abastada não goste de estudar, não tenha apreço pelos espaços formais de educação e/ou não queiram dar prosseguimento aos seus estudos. Esse cenário corrobora a necessidade de práticas tecnicistas, destinadas a assegurar que os grupos mais pobres tenham uma “profissão”, ao invés de garantir-lhes uma capacidade de leitura crítica da existência (Assumpção et al., 2024, p. 330-331). Daí a necessidade de pensarmos em alternativas práticas e eficientes para transgredirmos essa tendência que, ainda hoje, se mostra hegemônica na formação de nossos estudantes.

Nos chama a atenção perceber que a conduta hegemônica dos/nos currículos escolares, e que influência a prática docente e o funcionamento pedagógico das escolas, se opõe a uma das premissas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que prevê a necessidade de o ensino garantir a “crítica sistemática à ação humana, as relações sociais e de poder e, especialmente, à produção de conhecimentos e saberes” (Brasil, 2018, p. 353). Embora tenhamos críticas contundentes aos conteúdos da BNCC, notamos que o conhecimento escolar precisa ser pensado em prol da sociedade, ou seja, o processo de ensino-aprendizagem deve estar empenhado em solucionar problemas de ordem social e pessoal. No entanto, a globalização neoliberal fomenta uma educação bancária, nunca uma educação que se queira transformadora – o que coaduna com Kilomba, Rosa, Bourdieu e Quijano.

As colocações e denúncias apresentadas corroboram a perspectiva de Paulo Freire (1993), na *Pedagogia do Oprimido*. Segundo o autor, a educação que vivenciamos em nossa sociedade pode ser definida como bancária, afinal, esta “[...] parte de uma compreensão falsa dos homens – reduzidos a meras coisas –, não se pode esperar que provoque o desenvolvimento do que Fromm chama de biofilia, mas o desenvolvimento de seu contrário, a necrofilia”. É justamente esse comportamento que leva o opressor a dominar tudo aquilo que estiver ao seu alcance, inclusive a ciência, as tecnologias, os sistemas políticos, as riquezas e a educação (Zitkoski, 2018). Com isso, a escola e os seus profissionais devem considerar que a prática educacional é um dos poucos instrumentos que nos resta para romper com esse cenário de dominação global. Para tanto, mobilizamos Freire (2011) na *Pedagogia da Autonomia*, posto que o processo de ensino-aprendizagem desencadeado e favorecido pelas escolas deve estar empenhado em promover a autonomia dos estudantes, visto que estes são cidadãos em potencial e, futuramente, deverão se preocupar com as tomadas de decisão do Estado.

Nos dizeres de Conceição Paludo (2018) a educação se tornará libertadora quando pensada com o povo e para ele, isto é, enquanto a população beneficiária de um modelo específico de formação escolar não estiver devidamente inserida em seu processo de elaboração, problematização e aplicação, estaremos reproduzindo uma educação bancária, cujas características fundamentais são o autoritarismo, a opressão, a domesticação e a alienação do sujeito. É nesse bojo que a ideia de educação popular pode ser devidamente analisada.

Ainda com Paludo (2018), a educação popular é uma das concepções de educação do povo, pensada para assegurar à população geral – e por extensão, oprimida pela dinâmica elitista de nossa sociedade – uma compreensão do caráter político da educação recebida. Ou seja, a formação do sujeito através das instituições formais de ensino, deve estar comprometida com a cidadania. No entanto, o que temos verificado é que a educação escolar – mesmo no século XXI – continua fomentando o silenciamento, a desumanização e o fatalismo de estudantes e professores – constituindo-se em uma educação neobancária, em função da sua relação direta com a globalização, levando à invasão cultural e à perda de identidade dos sujeitos.

Sendo assim, a educação popular requer planejamento e objetivos claros para mobilizar os educandos, de modo que sejam formados para a cidadania ativa. Entretanto, é necessário que o sujeito seja, gradativamente, “desintoxicado” das amarras do autoritarismo, imposto por um modelo pedagógico interessado com as elites e com o neoliberalismo. Assim, a educação popular visa conscientizar os sujeitos de que podem pensar e agir a educação, que o conhecimento desenvolvido em sala de aula é dialógico e não reside na figura (de poder) do professor. Ao contrário, a educação popular fomenta a ação do sujeito que, desde a mais tenra idade, será desafiado com situações que compõem o seu cotidiano, de modo que saiba como encontrar saídas diante de um mundo que pretende sobrepujá-lo, dominando-o.

Educação popular e economia solidária contra o neoliberalismo: o caso de Maricá

Tais apontamentos abrem margem para considerarmos a relevância da educação popular no município de Maricá, através da Incubadora de Inovação Social Mumbuca Futuro. Isso porque, como destaca Gonçalves e Oliveira (2021, p. 103), existe a:

[...] busca de criar estratégias que estimulem os estudantes a se tornarem críticos da própria realidade, enxergando as relações entre a crise socioeconômica e as relações de produção e consumo da atualidade, refletindo sobre estas questões à luz da solidariedade, da justiça social e do bem-viver de todos.

Portanto, como havíamos destacado, a educação popular seria aquela que se faz com o povo, visando criar condições para que este se liberte das amarras impostas pelos opressores (Freire, 2011) e, em Maricá,

tem sido desempenhada pelos jovens educadores populares formados pela referida Incubadora. Para tanto, a Incubadora Mumbuca Futuro vem preparando orientadores e agentes educacionais que, por meio da educação popular, conscientizam os jovens acerca da importância da economia solidária em suas vidas.

Nos dizeres de Paul Singer (2008, p. 289) a economia solidária está interessada em fornecer alternativas igualitárias relacionadas ao modo de produção da sociedade. No seu interior, a economia solidária se esforça em promover a “[...] igualdade de direitos, [onde] os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles”, além de assegurar a autogestão dos empreendimentos pelos próprios trabalhadores. Singer (2008, p. 289) afirma que a existência de ações de economia solidária no Brasil, por exemplo, evidencia que o capitalismo neoliberal não é indispensável para a vida das pessoas. Como esclarece o autor, o capitalismo está interessado em difundir a lógica da meritocracia como condição de existência, cuja falácia se constitui na afirmação de que os donos do capital detêm o mérito de exercerem poder porque conquistaram e demonstraram a sua capacidade para tal. No entanto, a maior parte da população nunca teve possibilidades de alcançar essas condições de poder e recursos, fazendo com que esta sempre estivesse na posição de sujeitos detentores de tarefas. Assim, a exclusão do povo das dinâmicas diretas do capital manifestaria a sua incapacidade de exercer tais posições – o que justificaria a supremacia de uma minoria sobre os demais (Singer, 2008, p. 290).

Os apontamentos de Singer reiteram a lógica da educação bancária de Freire, tal como a definimos anteriormente. Portanto, uma educação hegemônica e alinhada com os interesses capitalistas da elite precisa reiterar os motivos pelos quais uma pequena parcela da sociedade exerce poder político, econômico e social – ainda que tais justificativas tenham sido forjadas e difundidas como as únicas existentes e válidas. É a necrofilia, exposta por Zitkoski (2018), aplicada de maneira direta, afinal se não existem alternativas ao segmento social menos abastado, resta-lhes a aceitação de sua condição.

Dito isso, a ideia de relacionar a educação popular com a economia solidária é garantir que a população atue de forma direta nas dinâmicas didático-pedagógicas, seja na condição de professores seja na de alunos, entendendo que o discurso hegemônico da educação é neoliberal e, portanto, almeja a subalternização dos sujeitos. Não sem motivos, as escolas públicas – com exceção dos colégios de aplicação de Universidades estaduais e federais, os institutos federais de educação e o Colégio Pedro II, por exemplo – foram pensadas para serem enfadonhas, cansativas e alheias à realidade de vida de seus estudantes. Dessa forma, se o discurso hegemônico e meritocrático, alinhado com os interesses aristocráticos é uma criação, por que não podemos transgredi-lo?

Mediante o exposto, a economia solidária evidencia que existem alternativas populares para se pensar e gerir as práticas econômicas, as quais adaptam os pressupostos do capitalismo por uma vida mais justa, sempre em prol da comunidade como um todo. Quando pensamos essa situação na prática, o município de Maricá desponta como um pioneiro no estado do Rio de Janeiro, visto que a Incubadora de Inovação Social Mumbuca Futuro leva às escolas municipais e estaduais do referido município, práticas pedagógicas de educação popular comprometidas com a economia solidária. A atuação cotidiana dos nossos educadores tem se mostrado efetiva diante das especificidades das escolas maricaenses, as quais estão distribuídas entre os quatro (4) distritos do município e dispostas em espaços com diferentes perfis socioeconômicos. Ousamos dizer que essa atividade só é possível em função daquilo que Freire (2011) denominou por *amorosidade*.

Partindo dos apontamentos de Freire, Fernandes (2018) concebe a *amorosidade* como potencialidade e uma capacidade humana, relacionada a uma finalidade ético-cultural no mundo. Enquanto educadores nos cabe pensar a educação em benefício coletivo, mas interessada com o sujeito desta prática pedagógica, a saber, os estudantes. Em certa medida, a *amorosidade* é o instrumento de mudança mais eficiente que podemos mobilizar em nosso fazer escolar. Contudo, Fernandes nos recorda que a *amorosidade* é um ato de coragem, uma vez que está empenhada com a libertação dos seus partícipes. Não seria essa a principal feição almejada pela Incubadora Mumbuca Futuro? Como o compromisso dos jovens educadores populares de Maricá é favorecer a tomada de consciência dos estudantes por meio de práticas que superem o tradicionalismo do currículo formal, a *amorosidade* é a força motriz que visa

entender a singularidade de cada um dos discentes, nas inúmeras escolas distribuídas no município de Maricá, para que estes vislumbrem maneiras de se superar a globalização neoliberal e bancária, de suas atividades cotidianas.

Do mesmo modo, tal percepção nos leva ao conceito de *solidariedade* que, segundo Freire (2011), é um princípio que visa encontrar soluções com o povo, acerca de suas demandas e necessidades. Como a *solidariedade* se diferencia do assistencialismo, o seu compromisso é ter o sujeito da educação atuando, efetivamente, no processo educativo, e não sendo o alvo de discussões promovidas por especialistas e fora da realidade que cerca o estudante. Aqui a *solidariedade* pode ser compreendida como um elemento complementar à *amorosidade*, visto que o “ser solidário” se concretiza no gesto de afeto que a Incubadora Mumbuca Futuro desempenha em suas ações escolares. É estar na escola para entender as limitações dos estudantes, os quais são pensados em sua completude e para além do ambiente escolar, para que as soluções e/ou alternativas às situações experimentadas sejam pensadas em conjunto, entre os educadores populares e as/os alunas/os que participam das ações da Incubadora.

Portanto, a educação popular pensada pelo/para o município de Maricá objetiva a tomada de consciência dos estudantes acerca da sua própria experiência de vida e de mundo. Nesse sentido, os educadores populares da Incubadora Mumbuca Futuro estabelecem estratégias de atuação que, de acordo com o planejamento elaborado pela equipe pedagógica da mesma, lançam luz às características normatizadoras do currículo escolar. Isso fez com que um dos temas fundamentais das atividades da Incubadora fosse a economia solidária, cujo objetivo é contribuir para que as/os estudantes, na condição de trabalhadores/as em potencial, encontrem uma resposta pessoal e de grupo às:

[...] transformações ocorridas no mundo do trabalho. De modo a ir contra as tendências da mercantilização do trabalho e da vida, configuram-se novas formas de trabalho, a partir do cooperativismo, associativismo e iniciativas autogestionárias (Gonçalves; Oliveira, 2021, p. 94).

A experiência maricaense, nos dizeres de Rayanne Gonçalves e Thais Cristina de Oliveira (2021, p. 98-103), fez com que jovens entre 18 e 29 anos de idade, moradores do município de Maricá, fossem devidamente capacitados para levar a educação popular e a economia solidária para os estudantes do Ensino Fundamental – Anos Finais e do terceiro ano do Ensino Médio. A prática relatada pelas autoras se deu entre 2018 e 2019, embora a Incubadora e o seu programa de economia solidária, através da educação popular, continuem as suas atividades atualmente. Gonçalves e Oliveira (2021, p. 98) destacam que a horizontalidade das relações pedagógicas fez com que os estudantes se identificassem com as práticas propostas em sala, as quais se deram em contraturno das aulas regulares. Como Maricá desenvolveu uma moeda social digital – o Mumbuca – a participação desses jovens estudantes e a sua permanência junto ao programa de ações desenvolvido pela Incubadora de Inovação Social Mumbuca Futuro permitiu que estes, e as suas famílias, recebessem certo montante de moeda social. A iniciativa visa que os jovens saibam como gerir os seus recursos e tenham condições de pensar a economia, por meio de cooperativas, para criarem negócios alternativos ao capitalismo neoliberal.

Gonçalves e Oliveira (2021, p. 100) apontam que “[...] foi possível perceber que a atuação do Mumbuca Futuro nas escolas despertou os estudantes para o protagonismo atento à realidade circundante e disposto a trabalhar coletivamente, valorizando os diversos olhares”. Esta colocação se alinha à *solidariedade* de Freire, mas, também à noção de *amorosidade*, posto que estes jovens foram preparados para atuarem em conformidade com sua liberdade, porém, sem perder de vista o bem-estar de seu meio social. Em função do preparo e das atividades que desenvolveram, é possível que estes jovens estudantes tenham empatia por outros em momentos futuros, contribuindo para que a lógica bancária e alienadora da educação formal seja devidamente combatida por sujeitos dotados de percepção crítica e análise de mundo, dispostos a mudarem a condição em que se encontram.

Considerações finais

Sendo assim, refletir, mesmo que de maneira inicial, sobre a Incubadora de Inovação Social Mumbuca Futuro é um duplo desafio de consciência do ser como agente social. Nesse sentido, a educação libertadora se manifesta por meio da educação popular, cujo enfoque é promover a formação de cidadãos conscientes de seu lugar no mundo. Como esses estudantes são cidadãos em potencial, a educação popular é produzida para e pela população. Diante desse cenário, a educação popular fomentada pela Incubadora de Inovação Social Mumbuca Futuro, através de seus orientadores e agentes educacionais nas escolas do município de Maricá, garante que os estudantes do Ensino Fundamental – Anos Finais e do terceiro ano do Ensino Médio enxerguem a sua condição político-social e saibam que existem alternativas à realidade em que se encontram, uma vez que esta se mostra envolvida com as demandas do capitalismo neoliberal, o qual reforça o caráter bancário da educação.

Ao apresentar os princípios da economia solidária na construção de futuros empreendimentos econômicos solidários, partindo da escola e de uma postura empenhada com a educação popular, o Mumbuca Futuro traz provocações sobre a importância em se debater economia solidária no ambiente escolar e como isso afeta a comunidade local, visando uma nova perspectiva econômica para o município de Maricá, pois “A ideia de educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a essa compreensão e à necessidade de se formarem pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno” (Dowbor, 2007, p. 76).

Para tanto, a iniciativa da Incubadora de Inovação Social Mumbuca Futuro evidencia que a autonomia do sujeito só é possível mediante a *solidariedade* que, por meio da *amorosidade*, se mostra comprometida em tornar o meio social um lugar digno, saudável e promissor para todos os seus agentes e cidadãos.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de nenhuma natureza.

Referências

- ASSUMPÇÃO, L. F. B. de et al. Por uma educação decolonial e antirracista: breve ensaio sobre o colonialismo e a hegemonia da branquitude na área de linguagens do ensino fundamental – anos iniciais, da BNCC. **Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 14, n. 2, p. 91-102, mai./ago. 2023. DOI: 10.21727/rm.v14i2.3663 Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/3663> Acessado em: 20 de novembro de 2024
- ASSUMPÇÃO, L. F. B. de et al. O Ensino de História Antiga da África no Material RioEduca do 6º Ano do Ensino Fundamental: Um ensaio a partir da Pedagogia das Encruzilhadas. In: AMARAL, F.; ASSUMPÇÃO, L. F. B. de; RIBEIRO, M. S. B. M. (Orgs.). **Arte, história e educação: reflexões sob uma ótica decolonial**. Vassouras, RJ: Universidade de Vassouras, 2024, p. 299-334.
- BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2023. p.63-111.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- CANDAU, V. M. Currículo, didática e formação de professores: uma teia de ideias-força e perspectivas de futuro. In: Oliveira, M. R.; Pacheco, J. A. (Org.). **Curriculum, didática e formação de professores**. Campinas: Papirus, 2013. (versão epub)
- CAVALARI NETO, R.; OLIVEIRA, T. C. S. de; GONÇALVES, R. de M. Educação integral (e)m tempo integral e o Programa Mumbuca Futuro em Maricá. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v.12, n.35, p. 719-744, 2021.

- DOWBOR, L. Educação e apropriação da realidade local. *Estudos Avançados*, n. 21, v. 60, p. 75-92, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/xGnBF9fvsZ7yQDBL8L9jKMH/?lang=pt> Acessado em: 20 de fevereiro de 2024.
- FERNANDES, C. Amorosidade. In: STRECK, D.R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J.J. (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. São Paulo: Autêntica, 2018. (versão epub)
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GONÇALVES, R. de M.; OLIVEIRA, T. C. S. de. Economia solidária e educação popular: a experiência do Mumbuca Futuro nas escolas municipais de Maricá. In: IDR. *Estudos Maricaenses*: o município de Maricá em debate. Maricá: Editora Instituto Darcy Ribeiro, 2021, p. 91-105.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Trad.: J. Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- PALUDO, C. Educação Popular. In: STRECK, D.R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J.J. (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. São Paulo: Autêntica, 2018. (versão epub)
- MARICÁ. **Lei nº 2652, de 15 de Dezembro 2015**. Institui o Programa Municipal de Economia Popular e Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável no município de Maricá. Disponível em: https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/lei_2652.pdf Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTROGÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (Org.). *El giro decolonial*: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.
- ROSA, A. da. *Pedagoginga, autonomia e mocambagem*. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- SEFFNER, F. Não há nada tão raro quanto o normal – O homem comum, a virilidade política e a norma em tempos conservadores. In: SEFFNER, F.; FELIPE, J. (Orgs.). *Educação, gênero e sexualidade*: (im)pertinências. Petrópolis: Vozes, 2022. p. 234-267.
- SINGER, P. Economia Solidária. [Entrevista concedida a] P. de S. Oliveira. *Estudos Avançados*, n. 22, v. 62, p. 288-314, 2008. Disponível em: https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-425_pt.html Acessado em: 20 de fevereiro de 2024.
- ZITKOSKI, J. J. Biofilia/necrofilia. In: STRECK, D.R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. São Paulo: Autêntica, 2018. (versão epub)